

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**O TRABALHO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) NO SUAS: MATERIALIZANDO
A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA**

ROBERTA FIN MOTTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

**Porto Alegre
Outubro, 2015**

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**O TRABALHO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) NO SUAS: MATERIALIZANDO
A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA**

ROBERTA FIN MOTTA

Orientador: Prof. Dr. Adolfo Pizzinato

Coorientadora: Profa. Dra. Berenice Rojas Couto

Tese de Doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Porto Alegre

Outubro, 2015

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**O TRABALHO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) NO SUAS: MATERIALIZANDO
A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA**

ROBERTA FIN MOTTA

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato (Orientador)

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto (Coorientadora)

Profa. Dra. Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira (UFRN)

Dr. James Ferreira Moura Junior (MDS)

Profa. Dra. Lilian Rodrigues da Cruz (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Martinelli (UFRGS)

Porto Alegre

Outubro, 2015

RESUMO

A presente Tese aborda a inserção da Psicologia nas Políticas Sociais Públicas, particularmente a Assistência Social, mais especificamente, a construção dos processos de trabalho que repercutem diretamente no cotidiano das (os) psicólogas (os) que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, especialmente, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs), vinculados à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), da cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Esta Tese está organizada em três seções. A primeira seção consiste num estudo sobre a produção acadêmica publicada da Psicologia na Assistência Social brasileira, com especial ênfase na sua relação com os CRASs. Tal desenho possibilita a análise da evolução histórica da preocupação das (os) pesquisadoras (es) a respeito deste tema, assim como a observação de algumas das características fundamentais desta produção. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa com consulta às bases de dados eletrônicas. Na segunda seção procura-se caracterizar e discutir o trabalho da (o) psicóloga (o) no âmbito do SUAS, especificamente das (os) trabalhadoras (es) que atuam nos CRASs. Tal estudo parte da premissa de que a (o) profissional da Psicologia é uma (um) trabalhadora (or) da Assistência Social, fundamental para a engrenagem e a tecelagem da política, assim como necessária (o) para a garantia do acesso das (os) usuárias (os) ao direito social. A terceira e última seção debate os processos de trabalho e as práticas das (os) psicólogas (os). Estes dois últimos estudos estão alicerçados em análise de pesquisa realizada com 27 profissionais vinculadas (os) aos CRASs, sendo que os dados foram obtidos por meio de entrevistas e analisados com o apoio na Teoria Fundamentada (TF). Os resultados alcançados indicaram que nos últimos anos há um envolvimento e um investimento importantes da área em relação à Assistência Social. Além disso, a Assistência Social tem colaborado para a expansão e interiorização da profissão e para o desenvolvimento de práticas diferentes das tradicionais. Identifica-se, que as (os) trabalhadoras (es) estão submetidas a condições

adversas que podem ser explicitadas no campo da formação e das relações de trabalho, aparecendo desde o modo de contratação até o desenvolvimento das atividades rotineiras do trabalho no SUAS. Destaca-se ainda que, por ser este um campo novo e em expansão, sua materialização como atendimento às necessidades sociais da população ainda carece da construção de mediações para a sua realização. A necessidade de estabelecer relações entre as (os) trabalhadoras (es), na dimensão da interdisciplinaridade assim como entre as políticas, na perspectiva da intersetorialidade. A caracterização das (os) trabalhadoras (es) psicólogas (os) do SUAS em Porto Alegre aponta inúmeros desafios para a construção de um fazer profissional comprometido com os direitos sociais. Por fim, apesar dos avanços, a regulação e a implementação do SUAS ainda não são uma completa realidade no cotidiano de trabalho das (os) profissionais nos CRASs. Ressalta-se, especialmente, o desafio da formação que, conforme apontam as (os) entrevistadas (os), ainda é precária no que tange ao preparo para a atuação no âmbito social, carecendo tanto de referenciais como de técnicas que complementem os fazeres e saberes já instituídos na profissão.

Palavras-chave: psicologia, assistência social, CRAS, trabalho

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 - Psicologia

Sub-área conforme classificação CNPq: 7.07.05.00-3 Psicologia Social

ABSTRACT

This thesis brings up the insertion of Psychology in the public social assistance politics, particularly in Social Work, and more specifically, in the process of building the processes of the job that affects directly on the daily routine of the psychologists who work at SUAS (*Social Assistance Care System*), especially those who work at the CRASs (*Social Assistance Reference Centers*) connected to the FASC (*Social Assistance and Citizenship Foundation*) of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. This thesis is organized in three sections. The first section consists of a study about published academic production about Psychology in the Social Work in Brazil, with emphasis in its relationship with the CRASs. This draws a possibility to analyze the historical evolution of the researcher's preoccupation regarding this issue, as well as observation of some basic characteristics of the productions. For this, a study took place inspired on a narrative review proposal with consultation of the electronic databases. In the second section, there is an attempt to characterize and discuss the work of the psychologists within the SUAS, more specifically of those working at the CRASs. This study parts from the premise that the psychologists are employed in the Social Assistance System, essential to the engineering and weaving of the politics, as well as being necessary to the users to warrant access to their social rights. The third and last section debates about the work processes and the practices of the psychologists. These last two studies are based on research analysis done with 27 professionals connected to CRASs, where data was collected through interviews and analysed with the help of Grounded Theory (GT). The results obtained indicate that in the last years there has been an important involvement and investment in the Social Assistance area. Moreover, Social Assistance has been helping in the expansion and interiorization of the profession and in the development of practices different from the traditional. It is identified that the workers are working under adverse conditions that can be made explicit in the areas of formation and work relations, showing itself from the ways of hiring up to the development of routine activities in the SUAS. It is also highlighted, due to the field being new and in expansion, that its materialization

as a source of reference of help to the social needs of the population still needs mediations for it to take place. The characterization of the psychologists workers of SUAS in Porto Alegre shows there are countless challenges in order to build a professional make that is committed with social rights. At last, even with the advances, implementation and regulation of SUAS is still not a complete reality in the daily work of professionals at CRASs. It is pointed out, especially, the challenge of the formation that, according to the interviewees, is still poor when it comes to prepare for working in the social sphere, lacking both references and techniques to complement the knowledge already instilled in the profession.

Key-words: psychology, social work, CRAS, work

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 - Psicologia

Sub-área conforme classificação CNPq: 7.07.05.00-3 Psicologia Social

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	14
LISTA DE TABELAS	15
1. INTRODUÇÃO	17
2. SEÇÃO – ARTIGO 1: A PSICOLOGIA NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): UM PANORAMA DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS BRASILEIRAS DE 2004 A 2014	49
3. SEÇÃO – ARTIGO 2: TRABALHADORAS (ES) DO SUAS: QUEM SÃO AS (OS) PSICÓLOGAS (OS) DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)	68
4. SEÇÃO – ARTIGO 3: ATUAÇÃO PROFISSIONAL DA (O) PSICÓLOGA (O) NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): O TRABALHO COTIDIANO NOS CRAS DE PORTO ALEGRE/RS	100
5. CONCLUSÕES	140
APÊNDICE A	150
APÊNDICE B	152
APÊNDICE C	154

1. INTRODUÇÃO



Costureiras, 1950, Tarsila do Amaral

[...] hoje sabemos ou suspeitamos que as nossas trajetórias de vida pessoais e coletivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio. [...] A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. No futuro não se tratará tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos.

Boaventura de Sousa Santos (2002)

A História desse trabalho ...

Ao pensar na escrita desta Tese, em particular na introdução dela, imediatamente me vem à lembrança um trecho dos escritos de Boaventura de Sousa Santos, no livro “Um discurso sobre as Ciências”, de 2002. O trecho citado acima exemplifica que o conhecimento que será desvelado a seguir parte de um emaranhado que se faz presente, ou seja, de um entrelaçamento que faz com que a vida aconteça. O texto, palavra originada do latim *textum*, que significa “tecido, entrelaçamento”, parte do resultado da ação de tecer, de entrelaçar partes a fim de formar um todo. Aqui, recorro à analogia com uma colcha de retalhos formada por unidades entrelaçadas, ou seja, trata-se de um conjunto de tramas de fios, de palavras que se unem para dar sentido a ideias que se deseja expressar. Dessa forma, o processo de costurar e customizar os fatos memoráveis da vida, das nossas trajetórias de vida pessoais e coletivas (enquanto comunidades científicas), como revela Boaventura, foi necessário e,

ao mesmo tempo, desafiador, principalmente durante esse percurso do desenvolvimento da Tese de Doutorado.

A presente Tese tem como tema a Psicologia nas Políticas Sociais Públicas, particularmente a Assistência Social e, mais especificamente, o processo de construção do trabalho das¹ (os) psicólogas (os) nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs). A Assistência Social no Brasil constitui, ainda hoje, um campo em transformação. Ela transita de uma perspectiva em que o foco de compreensão da Assistência Social era dado pela benemerência, a filantropia e o assistencialismo com conotação de clientelismo político para a condição de um estatuto de Política Pública e de uma ação focal e pontual à dimensão da universalização. A Constituição Federal de 1988 situou a no âmbito da Seguridade Social² e abriu caminho para os avanços que se seguiram (CFESS, 2009).

Além disso, a inserção de psicólogas (os) nas Políticas Públicas no Brasil tem sido um instigante e complexo processo, através do qual se pode vislumbrar mudanças no que tange aos aspectos teórico-metodológicos, às circunstâncias ético-políticas e às especificidades técnico-operativas. Como decorrência, há desafios que se estabelecem e conduzem à formulação de estratégias e à necessidade de amplo estudo acerca das políticas sociais. Neste sentido, percebe-se a necessidade de articulações e interlocuções com e entre diferentes territórios e experiências dessa prática. Assim, com o intuito de reafirmar o compromisso ético-político do fazer psicológico, é fundamental provocar as nossas próprias práticas, ressignificar e produzir conhecimentos sobre o tema.

Nessa perspectiva, parto do pressuposto de que este estudo é um processo que, como todo o trabalho, também é autobiográfico, expressando memórias e os caminhos percorridos, sejam eles tramados do ponto de vista

¹ Devido ao fato da Psicologia ser uma profissão composta majoritariamente por mulheres, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) orienta no sentido de que os materiais produzidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia sejam redigidos no feminino. Desta forma, serão seguidas, nesta Tese, as recomendações do Sistema Conselhos de Psicologia.

² A Seguridade Social é definida na Constituição Federal, no artigo 194, como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988).

epistemológico, do compromisso ético, político e social ou do ponto de vista relativo à trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Trata-se de memórias e caminhos que foram e são significativos para o desfecho e/ou o princípio dos motes emanados na presente Tese de Doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mas como tecer o processo, as memórias e os caminhos de forma mais linear, ou melhor, como fazer a tentativa de uma linearidade? Estes caminhos, ao longo da vida, deixam marcas que, ao serem tramadas, reverberam constantemente e cotidianamente em todas as esferas da vida. Nesse momento, tais aspectos serão narrados, separadamente, mas eles são costurados como em uma colcha de retalhos (como mencionado anteriormente), formando um traçado complexo de histórias e ideias, mas também de afecções, desejos, encontros e desencontros em que se dão a construção, as desconstruções e as reconstruções que acompanham esta trajetória sempre em movimento.

As práticas que venho desenvolvendo, mote de muitas das indagações desse processo, vinculam-se a diferentes experiências. Dentre elas, estão os trabalhos por mim realizados em comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social, como discente e, posteriormente, docente de Instituição de Ensino Superior (IES). Indico, principalmente, aqui, aquelas vinculadas às disciplinas ministradas na IES, em especial a de Psicologia Social II, a de Psicologia e a Política Pública de Assistência Social³ e a disciplina de Psicologia e Saúde Coletiva, bem como os estágios supervisionados em equipamentos vinculados à Saúde [Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Estratégias de Saúde da Família (ESFs)] e à Assistência Social [Organizações Não Governamentais (ONGs), Centros de Referência de Assistência Social (CRASs), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREASs) e Acolhimentos Institucionais]. Tais experiências me possibilitaram perceber, buscar e construir formas de tecer, fazer e pensar “Psicologias possíveis”, comprometidas com

³ Disciplina optativa na grade acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano.

seus contextos de inserção e justificadas por posicionamentos éticos e políticos, implicados socialmente e atinentes à construção de espaços de cidadania.

Neste universo profissional, saliento ainda a inserção e a atuação da pesquisadora no Terceiro Setor, como psicóloga em uma Organização Não Governamental (ONG), e o exercício de atividade no serviço público, em especial na Política Pública de Assistência Social, como psicóloga e, posteriormente, coordenadora de um CRAS, além da oportunidade de compor o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), como representante dos profissionais da área da Psicologia, em Santa Maria/RS. Essa entrada possibilitou a produção de novos questionamentos, deu-me a oportunidade de expressão e abriu um espaço para a categoria nas diversas ações executadas e praticadas, em debates, deliberações, fiscalização e controle, possibilitando uma representatividade e a garantia de direitos e acesso as (aos) cidadãs (ãos) através da conquista de informações e de leis que beneficiem as (os) usuárias (os) assistidas (os).

Tal inserção, ainda, favoreceu minha participação no Grupo de Trabalho (GT) - Centro Oeste do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS/07) e, finalmente, a integração à gestão da Entidade (Gestão 20102013). Nessas experiências, conjugaram-se o desejo de exercer e representar a categoria profissional e uma possibilidade de operar, cada vez mais, na construção das Políticas Sociais Públicas e da Psicologia, em especial a Psicologia Social. A “Psicologia Social trata da relação entre o ser humano e a sociedade; ela se centra na relação, mostrando que não há um sem o outro” (Guareschi, p.10, 2012). Assim sendo, posiciono-me a favor da especificidade social de qualquer Psicologia, na medida em que suas práticas se estabelecem na relação. Portanto, “toda a Psicologia é social” (Lane, 1995). Nesse ínterim, a tessitura e a circulação por diferentes espaços de atuação profissional e acadêmica, o interesse com ênfase nas relações sociais – nas ONGs, no CRP e na IES –, a aproximação entre os saberes acadêmicos e o cotidiano da população e as transformações das práticas docentes, assim como a necessidade de questionar os processos da Psicologia no campo da Assistência Social, têm provocado inquietações acerca das produções da Psicologia e das

formas como somos produzidas (os) por ela. Tais inquietações motivaram a realização de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado, anteriormente apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, intitulada “Psicologia na Assistência Social: práticas em travessia” (Motta, 2012), acerca da inserção e construção das práticas de psicólogas (os) no campo da Assistência Social. O estudo teve como ponto de partida temporal a década de 1990, devido ao fato de que, a partir de então, intensificaram-se as possibilidades de exercício profissional da Psicologia nas Políticas Sociais Públicas.

Após a defesa da Dissertação, cresceu em mim, cada vez mais, o anseio de permanecer estudando, explorando o tema e alinhando práticas profissionais e teorias. O propósito de investigar as dimensões cotidianas do trabalho de profissionais da Psicologia inseridos em espaços vinculados aos CRASs situa-se na gênese de preocupações que já originaram a pesquisa e a Dissertação de Mestrado, que também me mobilizou para a escolha do tema, aprofundamento e especificidades da investigação da presente Tese.

No Doutorado, foram acrescentadas outras partes, diferentes tecidos foram costurados à colcha de retalhos, surgiram novas redes de afetos e diversas possibilidades de vida, além de uma revisão das escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas. Ainda que o campo relacional da Psicologia com a Assistência Social – enquanto política pública – permaneça como eixo central da pesquisa, a confirmação do desejo da atuação no ensino, na pesquisa e na extensão, no que se refere ao processo de trabalho e à formação da prática profissional, são, nesse momento, um projeto de vida atrelado a um projeto ético, político e social.

Os pressupostos epistemológicos e as diretrizes conceituais que subsidiam essa Tese foram tecidos cotidianamente ao longo do processo, ou seja, da trajetória pessoal, profissional e acadêmica, atravessada por inúmeras questões advindas dessa relação. Tais motes versam pela ancoragem teórica da Psicologia Social Crítica e pelo campo do Serviço Social, particularmente. Também estão presentes as questões que envolvem o mundo do trabalho, que, embora não sejam aprofundadas aqui, merecem destaque nos temas que vinculam o trabalho às transformações emanadas da relação com o capital –

estudadas e debatidas por várias (os) autoras (es) que serão exemplificados ao longo da tessitura da Tese. Tais conjecturas emanam dos atravessamentos e entrelaçamentos da formação acadêmica e profissional, considerando os ensinamentos adquiridos, em especial no convívio com a Profa. Dra. Helena Scarparo, referência na área de Psicologia Comunitária, e com os demais colegas pertencentes ao grupo de pesquisa⁴.

Dentre as discussões, ressaltaram-se as advindas das relações entre as práticas sociais que caracterizam a Psicologia e o desafio, cada vez mais intenso, de integrar tais práticas e construir o tempo presente do pensar e agir na esfera das Políticas Sociais, além das relativas aos aspectos que denotam a articulação entre os saberes advindos da História, das políticas públicas, da Psicologia Social Crítica e da Psicologia Comunitária, particularmente ligadas a temas vinculados à História da Psicologia Social no Brasil e no Rio Grande do Sul e à inserção na perspectiva das Políticas Sociais Públicas. Reconhecer a trajetória implica entendê-la como uma produção complexa, cujos determinantes passam pelo contexto sócio-histórico-político no qual a profissão se insere. Dessa forma, tive subsídios para a compreensão dos processos de articulação entre a construção das práticas psicológicas e a Assistência Social.

Em função das necessidades que surgem ao longo do processo, a busca de pressupostos que contribuíssem para a compreensão, apropriação e aprofundamento das questões vinculadas à Política de Assistência Social foi fundamental. Durante o desenvolvimento do projeto e, posteriormente, nos desdobramentos dele, busquei uma coorientação que contribuísse com subsídios da área em questão. Com a coorientação da Profa. Dra. Berenice Rojas Couto e a participação no grupo de pesquisa⁵, adentro ainda mais nos estudos vinculados às políticas sociais, à Assistência Social e ao Serviço Social, uma vez que problematizar a Psicologia e os processos de trabalho na Assistência Social implica refletir sobre o processo de constituição da Assistência

⁴ Grupo de Pesquisa “Psicologia e Políticas Sociais: Memória, História e Produção do Presente” da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

⁵ Grupo de Pesquisa “Proteção Social e Direitos Sociais” da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Social, o sistema de Proteção Social Brasileiro, que, considerado no âmbito da política social, é visto como um terreno de embates e contradições.

As políticas sociais têm sido utilizadas como uma estratégia do Estado para minimizar os problemas oriundos da questão social – demandas sociais, econômicas, políticas advindas do embate entre a classe operária e o processo de constituição do capitalismo e que se manifestam de diversas formas: pobreza, violência e desemprego, entre outras. Da mesma forma, as políticas sociais, como são concebidas no interior da burguesia, têm a função de preservar e controlar a força de trabalho necessária à manutenção e reprodução do capital (Oliveira & Amorin, 2012). Tais problematizações contemplam as discussões que são tecidas ao longo da Tese, além do exercício interdisciplinar, agregando as áreas da Psicologia e do Serviço Social, que constituem a base profissional das atividades nos CRASs. Por último, mas não menos importante, considero uma oportunidade conviver com uma das protagonistas dos pressupostos da Assistência Social no Brasil.

Em função dos caminhos que a vida cursa, a aposentadoria da Profa. Helena deu-se logo após a Qualificação do Projeto de Tese. Posteriormente, me transferi para o grupo de pesquisa⁶ do Prof. Dr. Adolfo Pizzinato. Na vivência no e com o grupo, houve a possibilidade de aprofundar ainda mais as questões metodológicas e explorar os pressupostos vinculados a estudos interdisciplinares sobre as relações de gênero e família, perfazendo-se, de fato, uma colcha de retalhos que foi desalinhavada e/ou costurada ao longo dos estudos a seguir.

O período entre a saída e a entrada no novo grupo deu-se de modo concomitante ao momento que denomino aqui como o de pós-qualificação. Nesse “entre”, a reflexão sobre as observações e questionamentos apontados pela banca de qualificação aconteceram. A acolhida no novo e atual grupo de pesquisa proporcionou a retomada e a revisão das considerações realizadas pela Comissão Avaliadora. Também se urdiram os fios da tela para fazer o

⁶ Grupo de Pesquisa “Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática” da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

tecido, em especial no que diz respeito à maneira de ser realizada a colheita das informações. Dessa forma, a escolha do percurso metodológico a ser desenvolvido se enriqueceu e se tornou ainda mais clara.

Este caminho trilhado para o desenvolvimento da presente investigação pôde ser aprimorado com a realização do estágio vinculado ao Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Logo, a coleta dos dados inicia-se, e a conclusão da coleta de campo no Brasil aconteceu pouco antes do início do estágio, realizado de agosto de 2014 a janeiro de 2015, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Rodrigues⁷. Em Portugal, pude observar que as políticas sociais e, em particular, a Política de Assistência Social ainda estão em processo de construção. Contudo, esforços têm sido realizados no sentido de lutar para que o Estado esteja mais implicado na consolidação dessas políticas. Tal situação também foi experienciada no Brasil, através das articulações e movimentos para que a Política de Assistência Social fosse reconhecida como política de direito, o que justificou o interesse em conhecer a realidade das políticas sociais portuguesas. A proposta do estágio sanduíche, ainda, foi a de conhecer a realidade das Políticas Sociais e, mais especificamente, a execução das Ações Sociais em Portugal, além de aprofundar, teoricamente, os estudos na área da Assistência Social através do Centro de Investigações e Intervenções Educativas da Universidade do Porto, bem como a de agregar, a partir da vivência na realidade portuguesa, contribuições às reflexões sobre a realidade brasileira e, em especial, à Tese em andamento.

Outros direcionamentos foram acrescentados durante o estágio: o diálogo com diversas (os) pesquisadoras (es), o acesso à literatura internacional e a participação nas atividades junto a universidades europeias serviram para aprofundar os debates contidos nesta Tese. Além disso, houve um

⁷ Docente convidada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e investigadora do Núcleo de Estudos de Políticas Educativas e Sociais do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

aprofundamento metodológico e relativo aos estudos ligados ao Serviço Social e à Sociologia, veiculando outras possibilidades de se observar e/ou acrescentar elementos à compreensão do objeto em estudo.

Os enfrentamentos, questionamentos e problemáticas existentes em Portugal ajudaram a tensionar, a estranhar e a problematizar ainda mais os processos de trabalho no Brasil. Oportunizando um distanciamento da realidade brasileira, favoreceram no sentido de que algumas questões referentes ao processo de trabalho se tornassem mais claras, principalmente as relacionadas aos determinantes desse processo, fazendo com que ecoassem a todo momento, tais como: O que se faz? Como se faz? Por que se faz? A quem a Psicologia estará servindo nesse momento? Esse afastamento fez urgir e produzir outras questões ao objeto de estudo da Tese, assim como intensificouse, cada vez mais, a responsabilização pela defesa do que já conquistamos e estamos por conquistar em termos de políticas públicas e de garantia e acesso a direitos.

Em acréscimo, a oportunidade de vincular-me à Especialização em Saúde Mental e Assistência Social da PUCRS – em 2015, ministrando a Disciplina de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial – e, a seguir, a constituição de um grupo de estudos sobre o fazer psicológico na Assistência Social constituíram, ainda mais, a colcha de retalhos, reeditando velhos dilemas e anunciando outros, adicionando mais tecidos, cores, alinhavos ao trabalho. Diante desse acontecimento, há o imperativo de seguir afirmando a necessidade dos pressupostos oriundos da Psicologia, particularmente da Psicologia Social Crítica. Tais pressupostos, muitas vezes, perdem-se no tempo, na memória, no espaço e na história, dificultando e, em alguns momentos, revogando os avanços que se teve e se tem em detrimento da ideologia dominante. Pode parecer que eu esteja a falar o óbvio, contudo, insisto no sentido de que conhecer e reconhecer o passado é fundamental para entender o presente e conjecturar o futuro.

Recorro Gramsci (2004, p.110), quando refere que “[...] a repetição é o meio didático, é o meio eficaz para agir sobre a mentalidade do popular”. Identificam-se, então, a Escola e a Universidade como espaços privilegiados

para a prática social e a educação, pois este é o local onde o conhecimento é sistematizado e problematizado, tornando-se uma forma de superação e de transformação do que está posto.

Nessa perspectiva, apresento o resultado da pesquisa de Doutorado, que tem como objetivo: analisar como vêm se constituindo a construção das práticas profissionais das (os) psicólogas (os) na Assistência Social, tendo em vista as experiências no cotidiano de trabalho nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculados à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Para alcançar este objetivo geral, há os seguintes objetivos específicos: mapear, em linhas gerais, a trajetória acadêmica e profissional das (os) psicólogas (os); a inserção profissional; identificar as práticas cotidianas, as características do trabalho, as funções das (os) trabalhadoras (es) que atuam e que estão nos CRASs, em Porto Alegre, no ano de 2014.

Com estes objetivos busco responder ao seguinte problema de pesquisa: “Como vêm se constituindo a construção da prática profissional das (os) psicólogas (os) no campo da Assistência Social, especificamente das (os) trabalhadoras (os) que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs)?”. A resposta a este problema de pesquisa, no alcance dos objetivos, está calcada na premissa de que a vida e o contexto social são um processo dinâmico e, portanto, inconcluso, inacabado, tecido o tempo todo nas relações que se produzem cotidianamente. Torna-se necessário, por isso, percorrer as experiências cotidianas de trabalho das (os) psicólogas (os) que atuam nos CRASs, emanadas dos gestos, cheiros, palavras, imagens e falas que compõem os fazeres e saberes que se realizam e se desrealizam, que se constroem e se desconstroem.

Sentimos a necessidade de dar asas e voz às intervenções que estão a acontecer, para fazer germinar novos modos de existência, o que, no caso dessa Tese, significa provocar nossas próprias práticas. É tarefa árdua e complexa, imbuída de muitas exigências pessoais e questionamentos sobre o próprio exercício profissional. Essa escrita, engendrada de diversas tintas, texturas,

dimensões e mãos, configura uma tentativa de refletir, problematizar e, quiçá, transformar a formação e a prática, isto é, provocar o que está encoberto a se manifestar, ajudando-nos a pensar um além do que está posto.

Conforme referido anteriormente, as ações de costurar e customizar foram necessárias durante a realização da presente Tese. Dessa forma, lanço mão, de fato, de uma demonstração, vislumbrada e explicitada abaixo, da colcha de retalhos feita pela união de pequenas partes de diferentes tecidos que foram significativos para este trabalho.



O contexto da pesquisa e o percurso metodológico dessa Tese serão apreendidos a partir de múltiplas dimensões. O contexto geográfico da pesquisa, mais um retalho de tecido de cores e estampas diversas, é agregado à colcha de retalhos. A cidade de Porto Alegre possui cerca de 1,4 milhões de habitantes, representando 13,2% da população do Estado do Rio Grande do Sul (RS), sendo a 10ª cidade mais populosa do Brasil (IBGE, 2010).

Considerando essas questões, a escolha de Porto Alegre justifica-se, pois, nas últimas décadas, tornou-se, dentre as grandes metrópoles brasileiras, um modelo de administração pública, em especial no que se refere à execução de Políticas de Assistência em âmbito municipal. Ela internacionalizou a sua cultura e dinamizou a sua economia a ponto de tornar-se uma das cidades mais ricas do Brasil. Apesar de Porto Alegre ser considerada uma cidade com bons índices sociais, econômicos e estruturais no país, também apresenta sérias demandas sociais, devido à sua densidade populacional e a seu nível de urbanização, fatores que criam desigualdades entre os territórios de uma mesma localidade. De acordo com Couto et al. (2010, p.51), a Assistência Social também deve estar permanentemente atenta às diferenças presentes nos espaços urbanos - pois também ali estão a surgir novos padrões de segregação espacial -, e não ficar voltada apenas aos “territórios homogêneos de pobreza”.

A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) é o órgão da Prefeitura de Porto Alegre responsável pela coordenação e execução de programas e serviços que promovem direitos e a inclusão dos cidadãos que estão em situação de risco e vulnerabilidade social. Por meio de sua rede socioassistencial própria e também conveniada, trabalha balizada pelas diretrizes e princípios da Política Nacional de Assistência Social, a qual define a assistência como direito à proteção social e objetiva a consolidação dos direitos sociais a todos que dela necessitam. Em 2007, a FASC, gestora da Política de Assistência Social em Porto Alegre começou o processo de avaliação para a implantação do SUAS. Em 2010 e 2011, a FASC trabalhou no reordenamento institucional, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Iniciou pela rede de proteção social básica e especial de média complexidade, implantando 22 CRAS e 09 CREAS na cidade. Em 2011

começou o reordenamento da rede de proteção especial de alta complexidade para população adulta em situação de rua e ampliação da rede de atendimento e de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Em 2011 foi implantado o Sistema Único de Assistência Social no Município – SUAS- através do Decreto nº 17.256 de 05/09/2011 e em 2013 foi aprovado o Regimento Geral e Novo Organograma da Fundação de Assistência Social e Cidadania, através do Decreto 18198 de 1º de Fevereiro de 2013 (Fasc, 2015).

O SUAS reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que desempenham, bem como o universo de pessoas que participam deles, além da sua complexidade. O SUAS propõe sua intervenção a partir de duas grandes estruturas articuladas entre si: a Proteção Social Básica (PSB) – prevenção de situações de risco social – e a Proteção Social Especial (PSE), considerando a necessidade de ações de média e alta complexidade (Brasil, 2004).

A Proteção Social Básica (PSB) objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos. Essa proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica. Destacam-se também os CRASs e a rede de serviços socioeducativos (Brasil, 2010). A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial é necessário que a (o) cidadã (ão) esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade

(média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente, a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de Assistência Social e as demais Políticas Públicas (Brasil, 2010).

A PSB conta, em Porto Alegre, desde o ano de 2010, com 22 CRASs, cujo principal serviço ofertado é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), que desenvolve ações de acompanhamento grupal e familiar, bem como atividades comunitárias e preventivas no território. Além do PAIF, em sete CRASs ampliados da cidade também é oferecido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para diferentes faixas etárias (6 a 15 anos, 15 a 17 anos e acima de 60 anos). Os CRAS dividem-se em: [1 – Região Restinga / Extremo Sul (CRAS Restinga, CRAS Extremo Sul, CRAS Restinga 5ª Unidade); 2 – Região Leste (CRAS Leste I, CRAS Leste II); 3 – Região Sul /Centro-Sul (CRAS Centro-Sul, CRAS Hípica, CRAS Sul); 4 – Região Norte / Noroeste (CRAS Noroeste, CRAS Norte, CRAS Santa Rosa); 5 – Região Glória / Cruzeiro / Cristal (CRAS Glória, CRAS Cristal, CRAS Cruzeiro); 6 – Região Lomba Do Pinheiro (CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro); 7 – Região Partenon (CRAS Partenon); 8 – Região Eixo-Baltazar / Nordeste (CRAS Bárbara Maix Eixo Baltazar, CRAS Nordeste, CRAS Timbaúva); 9 – Região Centro / Ilhas / Humaitá / Navegantes (CRAS Centro, CRAS Ilhas, CRAS Vila Farrapos)].⁸

Neste universo, mais um tecido é costurado à metodologia desta pesquisa. A metodologia, segundo Minayo (2008), diz respeito ao caminho do pensamento e à prática exercida na abordagem da realidade. A autora ressalta que:

“a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as

⁸ As informações foram coletadas do site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=1&p_secao=56.

técnicas) e a criatividade da (o) pesquisadora (o) (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade) ” (2008; p.14).

Quanto à abordagem, tendo em vista o objetivo do estudo, a presente pesquisa identificou-se com uma perspectiva qualitativa, de cunho exploratório, descritivo e analítico. Segundo Leopardi (2002), a pesquisa qualitativa diz respeito a uma estratégia de aproximação dos conhecimentos das (os) participantes que vivenciam a experiência, destacando, como acrescentam Bauer, Gaskell & Allum (2008), o contexto social em que estão inseridos. Além disso, para Simioni, Lefèvre & Bicudo Pereira (1997), as abordagens qualitativas permitem a compreensão dos campos, na medida em que remetem a uma teia de significados, ou seja, a uma compreensão da construção das práticas profissionais das (os) psicólogas (os) na Assistência Social, tendo em vista as experiências no cotidiano de trabalho nos CRASs.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa identifica-se com uma perspectiva exploratória, descritiva e analítica. Para Triviños (1990), permite ao investigador adicionar a experiência em torno de um determinado problema. Os estudos exploratórios são desenvolvidos com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (Gil, 2006). Todavia, a pesquisa de cunho descritivo tem como objetivo a descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis, salientando investigações que têm o intuito de apresentar as características de um grupo. As pesquisas descritivas e as pesquisas exploratórias são as que, habitualmente, as (os) pesquisadoras (es) atentas (os) com a atuação prática desenvolvem e são também aquelas que vão ao encontro dos objetivos do presente estudo (Gil, 2006).

Em relação às (aos) participantes da pesquisa: ela teve a participação de 27 psicólogas (os) que atuavam nos CRASs da cidade de Porto Alegre, no ano de 2014. A Assistência Social em Porto Alegre divide-se em nove regiões, que se constituíam por 22 CRASs no momento da pesquisa.

Assim, a metodologia desta investigação compreendeu um processo sistemático de estudos, revisão bibliográfica e de trabalhos produzidos nas últimas décadas que se relacionam em torno do objeto de estudo, ou seja,

apresentou-se uma pesquisa acerca do que tem sido produzido em periódicos da área da Psicologia a respeito da inserção e da atuação da profissão no campo da Assistência Social. Nessa direção, objetivou-se identificar aspectos relativos à Psicologia na Assistência Social presentes em artigos científicos sobre o tema. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da leitura de publicações em livros, revistas, imprensa escrita e eletrônica disponível na internet. Tal pesquisa contribuiu para a obtenção de informações sobre a situação atual do problema pesquisado, para o conhecimento de publicações e aspectos já abordados e para a verificação de opiniões, semelhantes e diferentes, acerca de aspectos relacionados ao tema (Gil, 2009). Além disso, é importante frisar que esta revisão de literatura deu-se também ao longo do processo, conforme os “achados” foram surgindo, pois são eles que direcionam a (o) pesquisadora (or) no sentido de obter mais informações na literatura.

Na segunda etapa deste trabalho, recorri à apreciação de dados documentais, o que se apresenta como outra técnica para a coleta das informações. Segundo Flick (2005), na investigação qualitativa trabalha-se, fundamentalmente, com textos, e a interpretação deles é um meio para se compreender a realidade social. Trata-se, principalmente, de documentos de caráter estratégico que, de alguma maneira, têm impacto no processo de constituição da Psicologia na Assistência Social. A compreensão dos documentos foi utilizada para complementar as informações em torno do campo de pesquisa, considerando o que a NOB/RH (2006) preconiza acerca da presença e do trabalho de psicólogas (os) nos serviços de Proteção Básica, além de outros documentos pertinentes e advindos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) referentes à atuação nos CRASs. Utilizou-se também o material do Centro de Referência em Políticas Públicas (CREPOP), a partir de iniciativa do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que teve a intenção de orientar o trabalho do psicólogo na Política de Assistência Social, em especial nos CRASs, assim como outras publicações advindas do CFP, CRPs, dentre outras, a respeito da Psicologia na Assistência Social, em especial nos CRASs. Portanto, ao longo de toda a pesquisa, convocou-se, ainda e sempre que se considerou

pertinente, a análise de dados documentais, utilizados, neste caso, como fontes secundárias de investigação.

A terceira etapa constituiu-se por entrevistas semiestruturadas para obter as informações das (dos) participantes, com a expectativa, também, de que elas (es) expressassem seus pontos de vista com maior liberdade, amplitude e profundidade em uma entrevista esquematizada de maneira relativamente aberta (Flick, 2005). Minayo (2010) esclarece que a entrevista semiestruturada difere apenas em grau da entrevista não estruturada (aberta), em razão de que nenhuma interação se coloca de forma totalmente fechada ou aberta. A autora defende a importância de se analisar não somente os temas previamente estabelecidos, mas também de explorar as estruturas de relevância das (os) entrevistadas (os), que emanam do campo. Para Triviños (1990), a entrevista semiestruturada ao mesmo tempo em que valoriza a presença da (o) investigadora (a), oferece os aspectos aceitáveis para que a (o) informante obtenha a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Com tal propósito, elaborou-se um roteiro previamente preparado pela pesquisadora-acadêmica, assegurando que os pressupostos estivessem cobertos na entrevista. A entrevista semiestruturada focalizou três dimensões fundamentais: caracterização profissional (dados sócio-demográficos, a formação acadêmica e profissional), exercício profissional (inserção e atuação profissional) e estratégias das (os) psicólogas (os) frente às demandas cotidianas do trabalho.

Além disso, é importante ressaltar que a entrevista semiestruturada foi testada antes da sua utilização. Ela foi realizada com três profissionais de Psicologia que já haviam atuado na Assistência Social. A aplicação serviu para legitimar as perguntas e o roteiro. A partir daí, foi necessário realizar alguns ajustes, adequando o instrumento as (aos) participantes e corroborando a escolha pela Teoria Fundamentada nos Dados (TF).

A revisão bibliográfica, a compreensão dos documentos e as entrevistas semiestruturadas constituíram a estratégia de coleta das informações e também uma adequação das problemáticas da própria pesquisa. Primeiramente, foi realizado contato, via e-mail e por telefone, com a Coordenação da PSB da

FASC, para agendamento de uma reunião para retomada da proximidade, sendo que o começo da pesquisa de campo aconteceu em março de 2014. Após o encontro com a Coordenação da PSB, foi combinado o início e andamento da pesquisa e agendado outro encontro, nesse momento com a Coordenação da PSB e as (os) coordenadoras (es) dos CRASs. Essa reunião, entre Coordenação da PSB e Coordenações dos CRASs, acontecia às quartas-feiras, nas dependências do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), próximo à FASC. Reunimo-nos com o intuito de expor os objetivos da pesquisa, esclarecer questões referentes à execução dela e reforçar a importância da participação das (os) psicólogas (os) na pesquisa. Para conhecimento prévio do projeto, e para o início da pesquisa, a Coordenação da FASC enviou informações por e-mail as (aos) coordenadores dos CRASs, que foram incumbidas (os) de repassá-las as (aos) colegas psicólogas (os).

No dia agendado para a reunião, compareceram a Coordenação da PSB, coordenadoras (es) dos CRAS e a pesquisadora-acadêmica. Foi dito, no início da reunião, que teríamos aproximadamente vinte minutos para expor a pesquisa, a justificativa, os objetivos. Após a explanação da pesquisa, foi, mais uma vez, reiterado o convite, e a coordenadora de um dos CRASs sugeriu outro encontro com a extensão do convite aos demais colegas psicólogas (os). A proposta foi acolhida naquele mesmo dia e foram agendados dois encontros com as (os) demais psicólogas (os) para que houvesse maior oportunidade de participação destas (es) trabalhadoras (es) nas reuniões de explanação sobre a investigação. Em ambos os encontros, as (os) trabalhadoras (os) profissionais relataram a dificuldade de estarem presentes nestas reuniões previamente agendadas, em função das inúmeras atividades nos CRASs, assim como a dificuldade de transporte, em alguns casos. Então surgiu a possibilidade de a pesquisadora deslocar-se até os serviços e/ou que fossem ofertadas outras possibilidades de local para a entrevista.

Originalmente, havia sido prevista a realização de nove entrevistas com as (os) profissionais que atuavam nos CRAS, pois a Assistência Social em Porto Alegre divide-se em nove regiões, que se constituíam por 22 CRASs no momento da pesquisa. Ou seja, a etapa constituir-se-ia da efetivação de

entrevistas com uma (um) representante de cada região, perfazendo um total de nove profissionais. Caso houvesse o interesse de mais de uma (um) profissional por região, a escolha seria feita por sorteio. Contudo, o número de entrevistas elevou-se para 27, porque as (os) próprias (os) entrevistadas (as) foram fazendo sugestões e remetendo a outras (os) profissionais cuja experiência e conhecimento deveriam ser escutados. Todos os pedidos de entrevista foram, em primeira instância, enviados por e-mail e, posteriormente, foi efetuado contato via e-mail e/ou telefônico para acordar o agendamento. Algumas (uns) das (os) outras (os) entrevistadas (os) foram mencionadas (os) e contatadas (os) mediante reuniões informais (encontro entre colegas) e, especialmente, via telefone e contato via e-mail. Em geral, as entrevistas realizaram-se nos locais de trabalho das (os) entrevistadas (os), ou seja, nos CRASs, com algumas exceções, como em uma sala do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e em uma sala previamente reservada na PUCRS. O fato de haver um deslocamento meu aos locais de trabalho permitiu uma observação, mesmo que superficial, do cotidiano das atividades, do estado da infraestrutura e dos equipamentos.

A totalidade dos contatos com as (os) profissionais, para pedido de realização das entrevistas, foi efetuada entre março e abril de 2014, tendo acontecido a primeira entrevista ainda em maio de 2014 e a última, em julho de 2014. Durante esse período, houve simultaneidade nos procedimentos de entrevista e transcrição do material coletado. As (Os) profissionais de Psicologia que atuam e/ou atuaram nos CRASs no ano de 2014 foram os participantes da pesquisa. As (Os) profissionais foram convidadas (os) a participar da investigação devido às características gerais que, segundo Flick (2005), são as de “boas (ns) entrevistadas (os)”: em primeiro lugar, o conhecimento e a experiência necessária sobre o objeto de estudo, para responder às perguntas, e, em segundo lugar, que estejam efetivamente dispostos a participar da investigação. Esse tipo de estudo de amostragem, de acordo com Flick (2005), é intencional e por conveniência.

A amostra foi constituída de 27 profissionais entre as (os) 30 que contatamos, de ambos os sexos, que concordaram em participar do estudo. Em

duas o pedido não foi aceito. Em virtude do tempo e da agenda, entre outros fatores, não houve contato com as (os) demais profissionais.

Foram seguidos os procedimentos éticos⁹ para a autorização das informações colhidas na entrevista. Foram assegurados, durante a entrevista e sua gravação, o sigilo e o anonimato, além do uso nomes fictícios quando das identificações. O projeto de pesquisa foi submetido à Comissão Científica da Faculdade de Psicologia e ao Comitê de Ética da PUCRS. Além disso, foi avaliado e aprovado pela FASC. A participação na pesquisa foi oficializada através da leitura e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. As entrevistas tiveram duração média de duas horas (variando entre um mínimo de uma hora e trinta minutos e um máximo de três horas e meia). Esta duração média das entrevistas coloca, evidentemente, limites à quantidade dos dados recolhidos. Como reforçam Neves, Cruz & Silva (2010), além dos limites colocados pela própria entrevista como técnica de obtenção dos dados, precisam ser colocadas em pauta outras questões: Qual o grau de articulação entre aquilo que é dito e a prática efetiva da instituição? Quais os efeitos daquela situação particular de entrevista sobre o que é dito e o que não é dito? Qual o impacto da relação entrevistadora (or) – entrevistada (o) sobre os conteúdos da entrevista? Também é importante mencionar que houve entrevistas conjuntas, realizadas com mais do que uma (um) entrevistada (o), nas quais a relação hierárquica entre as (os) entrevistadas (os) pode ter criado limitações à coleta dos dados.

Como procedimento para a análise e tratamento do material coletado, recorreremos aos princípios da Teoria Fundamentada (Grounded Theory), método geral de análise comparativa, elaborada por Glasser e Strauss, no clássico *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, 1967 in Strauss & Corbin, 2008).

⁹ As diretrizes para pesquisa com seres humanos, para proteção dos direitos dos envolvidos na mesma, foram respeitadas conforme os aspectos éticos apontados pela Resolução em Pesquisa com Seres Humanos - nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

A Teoria Fundamentada (TF) refere-se a um conjunto sistemático de métodos indutivos para conduzir pesquisas qualitativas, tendo como finalidade um desenvolvimento teórico. Constitui-se, sobretudo, como procedimento analítico de conhecimento da realidade social que visa, fundamentalmente, à elaboração de uma teoria. Charmaz (2009) refere que a Teoria Fundamentada adota a definição interpretativa de teoria, que enfatiza a compreensão e não a explicação.

“A teoria interpretativa exige uma compreensão imaginativa do fenômeno estudado. Esse tipo de teoria pressupõe: realidades múltiplas e emergentes; indeterminação; fatos e valores quando associados; a verdade como algo provisório; e a vida social como processo” (p. 173).

A Teoria Fundamentada orienta-se, essencialmente, pela valorização dos dados empíricos, ou seja, é compatível com a natureza exploratória a que essa pesquisa se direcionou desde seus princípios, entendendo que todos os elementos que se apresentam no caminho da (o) pesquisadora (o), ao estudar um determinado tópico, são dados de pesquisa. Nesse aspecto, saliento as tessituras que tive ao longo do processo de formação acadêmica e profissional, já descritas anteriormente, que também contribuíram para o escopo dos dados, assim como a revisão bibliográfica, a apreciação de dados documentais e a entrevista, utilizada como técnica para coleta dos dados. Ou seja, todos os elementos são explorados ao longo do exercício de análise dos dados, em uma ação que acontece ao longo de todo o processo, numa articulação com as informações colhidas na coleta.

Corroborando com tal proposição, Charmaz (2009, p. 186) afirma que:

[] embora as ferramentas possam contribuir, a construção da teoria não é um processo mecânico. Entra em cena a capacidade de brincar com a teoria. A extravagância e o encantamento podem levá-lo a perceber o extraordinário no ordinário. A abertura ao inesperado amplia a sua perspectiva da vida estudada e subsequentemente das possibilidades teóricas. O seu trabalho intenso retém aquelas ideias que melhor se ajustam aos dados, levando-as à fruição.

O passo seguinte diz respeito ao processo de codificação, em que os dados são examinados cuidadosamente, aos procedimentos de codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva (Strauss, 1987). Segundo Strauss & Corbin (2008), a codificação aberta refere-se ao processo de identificação e análise dos conceitos. Há diversas formas de se fazer a codificação aberta. Os dados registrados, a partir das transcrições ou notas de campo, são codificados linha por linha, ou a (o) analista pode também codificar ao analisar uma frase ou parágrafo inteiro. Há, ainda, uma terceira maneira de codificar, em que se lê atentamente o documento inteiro para perguntar: “o que está acontecendo aqui? E o que torna este documento igual ou diferente em relação aos documentos anteriores que codifiquei” (p. 120). Após responder a estas perguntas, retorna-se ao documento e codifica-se mais especificamente as similaridades e as diferenças. Ao final desse processo, há uma lista de códigos e categorias que deve ser complementada pelo memorando criado para explicar e definir o conteúdo dos códigos e das categorias, tal como supõem as pesquisas de caráter descritivo. Os memorandos são mais extensos, com pensamentos mais aprofundados sobre um determinado acontecimento, normalmente escritos de forma conceitual, após se deixar o campo. No caso da presente pesquisa, optou-se pela segunda forma, pois tive várias categorias e codifiquei especificamente em relação a elas. Já os diagramas são visualizações dos dados, que capacitam a (o) pesquisadora (or) a organizar os dados, a manter um registro de seus conceitos e a relação existente entre eles e a integrar as suas ideias (Charmaz, 2009).

Dessa forma, a codificação axial é o passo seguinte na análise. É o processo de identificar as categorias mais relevantes e inseri-las em um eixo central em torno do qual a (o) analista estabelece as relações entre categorias e subcategorias para gerar explicações mais precisas e completas sobre o fenômeno (Strauss & Corbin, 2008; Charmaz, 2009).

Em continuidade, a codificação seletiva relaciona-se à integração e ao refinamento das categorias, denota os passos finais da análise. Identifica-se a categoria central em torno da qual as demais categorias desenvolvidas podem ser agrupadas e integradas (Strauss e Corbin, 2008 e Charmaz, 2009). Descobrir

a categoria central, definida por Strauss & Corbin (2008) como o fenômeno central ao redor do qual todas as outras categorias integram-se, significa sintetizar toda a história construída a partir dos dados obtidos e ser capaz de explicar diferenças e semelhanças encontradas nas experiências.

As fases da Teoria Fundamentada ocorrem concomitantemente, permitindo a (ao) pesquisadora (or) fazer as modificações necessárias no transcorrer do processo. A amostragem teórica visa buscar e reunir dados relacionados para elaborar e refinar as categorias até a saturação (Charmaz, 2009). No que diz respeito à saturação, considera-se que foi um requisito cumprido na amostra geral e que, por vezes, foi atingido antes que a realização das entrevistas terminasse. Isto significa que, em alguns casos, verificou-se uma saturação do material antes que todas (os) as (os) participantes tivessem sido entrevistadas (os). No entanto, optou-se por realizar, ainda assim, as entrevistas. Contudo, quanto à percepção de repetições e constâncias entre as entrevistas, vale reforçar que, dada a complexidade e imensidade do objeto em estudo, parece ser arriscado falar em saturação absoluta dos dados, uma vez que cada discurso assumiu-se no singular, com particularidades próprias e características de inovação e originalidade trazidas pelas (os) trabalhadoras (es), visto o potencial vivido e reflexivo de cada participante.

Após a finalização da análise dos dados, realiza-se uma apresentação das categorias centrais e conceituais emergentes e resultantes da codificação dos dados empíricos, num processo dinâmico em que se traça o fio condutor da história. A construção da teoria dá-se pelo delineamento de um esquema principal provisório que incorporará os componentes relevantes da história (Strauss & Corbin, 2008). Essa atividade expressa-se ao longo das seções desta Tese, designadamente, em especial, nas seções 3 e 4, que será descrita posteriormente.

Com base no exposto, faz-se importante considerar que os resultados da pesquisa não se limitam às inquietações individuais, mas se vinculam a anseios coletivos da categoria profissional – as (os) psicólogas (os), tomando como base os elementos comuns que fundam seu trabalho, a realidade de inserção e atuação profissional, as características do trabalho, vínculos e processos,

expressões, desafios e possibilidades diante das peculiaridades que compõem o fazer desencadeado pelo e no trabalho e que incidem no cotidiano das (os) psicólogas (os) nos CRASs. A análise, aqui, tem o propósito de contribuir para as discussões da formação e qualificação profissional, na perspectiva do reconhecimento da categoria como integrante, reconhecida e pertencente à área da Assistência Social, pois ratifica-se que a (o) trabalhadora (or) é o elemento fundamental de exercício da Política. Outra meta, ainda, diz respeito a se poder contribuir para o enfrentamento das demandas na realização do trabalho, bem como cooperar para o fortalecimento político da categoria no confronto com as adversidades e garantia da valorização da profissão nas equipes de trabalho. Ainda que o foco desta Tese esteja centrado na Psicologia, é importante ressaltar que as adversidades, desafios e possibilidades discutidos ao longo deste trabalho não se referem ou dizem respeito apenas às (aos) psicólogas (os). Claro que não se deixa de reconhecer as especificidades advindas de cada profissão, mas as formas de profissionalidade – termo de origem italiana e introduzido no Brasil pela via francesa, como aponta Bourdoncle (1991) – estão associadas às instabilidades e ambiguidades que envolvem o trabalho em tempos neoliberais, e Vasconcelos (2011) ainda reforça serem provocações fundamentais também para as (os) demais profissionais que atuam na área.

Por meio deste caminho metodológico, da análise dos dados enriquecida por diversos debates realizados ao longo da construção desse estudo, foi possível a composição da Tese no sentido de que:

A Psicologia ainda não está totalmente preparada e nem formando para a atuação profissional na Proteção Social Básica (PSB), especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A inserção profissional da Psicologia na área Política da Assistência Social é um grande desafio para o trabalho das (os) psicólogas (os). Como um campo contraditório, se explicita no cotidiano das (os) trabalhadoras (es) que atuam nos CRASs. Enfrenta-se o desafio de pensar uma profissão que não tem formado para essa política, com relação à qual não está constituído um projeto ético-político que implique o desenvolvimento para o exercício profissional na Assistência Social no campo interdisciplinar/transdisciplinar. Existe uma necessidade, ainda, de repensar,

constituir e reafirmar a ampliação, a qualificação e o aprofundamento teórico como forma de construção de outros e diferentes entendimentos e possibilidades da Psicologia na Assistência Social. O ingresso da Psicologia na área da Assistência Social está imerso em um sistema moldado em uma estrutura social contraditória e em constante disputa entre projetos, vinculada ao ideário neoliberal. Esta estrutura é pautada por um individualismo crescente e por uma política marcada pela herança meritocrática, paternalista e de cunho conservador, o que dificulta a ressignificação profissional da Psicologia nessa nova área, ou seja, implicada com seus contextos de inserção e justificada por posicionamentos ético-políticos atinentes à construção e ao processo de reconhecimento e consolidação da Assistência Social como direito social.

Para demonstrar a Tese acima, o presente texto estrutura-se em cinco seções, que buscam debater os elementos principais que dão visibilidade aos achados da pesquisa. Respeitando a sistemática adotada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, apresento esta tese a partir da explanação de três artigos¹⁰. A segunda seção, que sucede esta Introdução, é um artigo a respeito da produção científica da Psicologia na Assistência Social brasileira, dando especial ênfase a sua relação com os CRASs. No estudo, é possível perceber o envolvimento e o investimento que têm sido feitos, na área, em relação a esta temática nos últimos anos, mas também em que condições e de que forma as (os) pesquisadoras (es) organizam-se para discutir tal assunto. Longe de apresentar um levantamento pormenorizado, a intenção é privilegiar os estudos que contribuam para refletir e/ou produzir uma ideia sobre a análise da produção a respeito da Psicologia na Assistência Social veiculada nos periódicos científicos. Logo, tal desenho possibilita a análise da evolução histórica da preocupação das (os) pesquisadoras (es) sobre esse tema, como também a observação de algumas das características fundamentais dessa produção. Para tanto, foi realizado um estudo inspirado em uma proposta de revisão narrativa com consulta às bases de dados eletrônicas.

¹⁰ Ambas as produções, assim como o restante desta Tese (exceto o segundo artigo apresentado), encontram-se nas normas da American Psychological Association (APA), em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.

Na terceira e na quarta seção, mostrar-se-ão os dados coletados diretamente, de maneira mais expressiva. São nesses estudos que as experiências das (os) psicólogas (os) que atuaram nos CRASs no ano de 2014 serão descritas, analisadas e embasadas pelos aportes teóricos já elencados. A terceira seção é um estudo em que se pretende caracterizar e discutir o trabalho da (o) psicóloga (o) no âmbito do SUAS, especificamente das (os) trabalhadoras (es) que atuam nos CRASs na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A perspectiva é a de apreciar a (o) profissional da Psicologia como uma (um) trabalhadora (or) da Assistência Social, fundamental para a engrenagem e a tecelagem da política, assim como necessário para a garantia do acesso dos usuários ao direito social. A quarta seção tem por objetivo debater o trabalho das (os) psicólogas (os) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especificamente das (os) trabalhadoras (os) que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs), na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Toma-se como referência o trabalho, um campo de central importância na sociedade contemporânea, já que é através dele que as (os) trabalhadoras (os) se configuram diante da sociedade e de si mesmos, uma vez que permanecem a maior parte do tempo de suas vidas no ambiente de trabalho. É justamente por tais particularidades que se torna imprescindível refletirmos sobre a (o) trabalhadora (o) psicóloga (o) para além dos fazeres prescritos a ela (e) no campo da assistência, porque as profundas transformações que incidem sobre o mundo do trabalho afetam as condições e a organização do trabalho, as relações interpessoais e, por conseguinte, o fazer-saber da profissão disposto nos serviços, programas, projetos e/ou benefícios sócio-assistenciais ligados à Assistência Social, em particular nos CRASs.

Na quinta e última seção, pretendo retomar questões caras ao estudo e apresentar algumas das conclusões tecidas a partir dos achados da pesquisa. Sem o intuito de expor conclusões, soluções e/ou resoluções para o fazer-saber da Psicologia na Política de Assistência Social, particularmente nos CRASs, a proposta da Tese de Doutorado é a de desvendar e desvelar a construção das práticas da Psicologia nos CRASs, no ano de 2014, em Porto Alegre, estado do

Rio Grande do Sul, Brasil. Embora o tema não seja recente em termos de atuação, é, contudo, ainda merecedor de mais publicações, problematizações, visto as especificidades dos municípios, estados e regiões do país. Concluir este estudo aponta caminhos para a continuidade do debate e da investigação sob novas trilhas, considerando a realidade em movimento e o processo de trabalho da Psicologia na Assistência Social.

Referências

Bauer, M. W., Gaskell, G. & Allum, N. (2008). Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 17-36, 7ª ed., Trad. Pedrinho Guareschi). Petrópolis, RJ: Vozes.

Bourdoncle, R. (1991). *La professionnalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines*. *Révue Française de Pédagogie*, 94.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. DF.

Brasil (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília. DF.

Brasil (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos-NOB/RH*. Brasília. DF.

Brasil (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Lei Orgânica de Assistência Social*. Brasília. DF.

Brasil (2010). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2010). *Secretaria Nacional de Assistência Social*. Brasília. DF.

Brasil (2012). Conselho Nacional de Saúde. *Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012*. (2012, 12 de dezembro). Recuperado em 15 de Agosto, 2015.: http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html.

Couto, B. R., Yazbek, M. C., Silva, M. O. S., & Raichelis, R. A. (2010). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). (2009). *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social*. Brasília.

Charmaz, K. A. (2009). *Construção da Teoria Fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

Flick, U. (2005). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.

Gil, A. C. (2006). *Método e técnicas de pesquisa social*. (5a ed.), São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.

Guareschi, P. (2012). *Psicologia social crítica como prática de libertação* (5a ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine.

Gramsci, A. (2004). *Cadernos do Cárcere* (Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo, Vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo Demográfico 2010*. Brasília. DF.

Lane, S. T. M. (1995). *O que é psicologia social* (22a ed.). São Paulo: Brasiliense.

Câmara Municipal de Porto Alegre. *Lei Complementar n. 352, de 8 de agosto de 1995*. (1995, 8 de agosto). Dispõe sobre a política de Assistência Social no Município e dá outras providências.

Câmara Municipal de Porto Alegre. *Lei Municipal n. 7.414, de 14 de abril de 1994*. (1994, 14 de abril). Altera denominação e atribuições da Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social (SMSSS) instituída pela Lei n.º 2662, de 18 de dezembro de 1963 e dá outras providências.

Câmara Municipal de Porto Alegre. *Lei Municipal n. 8.509, de junho de 2000*. (2000). Altera a denominação da Fundação de Educação Social e Comunitária - FESC para Fundação de Assistência Social e Cidadania e dá outras providências.

Leopardi, M. T. (2002). Alguns aspectos da pesquisa qualitativa. In M. T. Leopardi (Org.), *Metodologia da pesquisa na saúde* (2a ed.). Florianópolis: UFSC.

Minayo, M. C. S. (Org.). (2008). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (27a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12a ed.). São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco.

Motta, R. F. (2012). Psicologia na Assistência Social: práticas em travessia. *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Neves, T., Cruz, I., & Silva, M. (2010). *Ação Local no Combate à Pobreza e Exclusão Social*. Porto: Legis.

Oliveira, I. F. & Amorim, K. M. O. (2012). Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento*, 30(70), 559-566.

Santos, B. de S. (2002). *Um discurso sobre as ciências* (13a ed.). Porto: Afrontamento.

Simioni, A. M. C., Lefèvre, F., & Bicudo Pereira, I. (1997). *Metodologia qualitativa nas pesquisas em saúde coletiva: considerações teóricas e instrumentais*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Departamento de Prática de Saúde Pública.

Strauss, A. (1987). *Qualitative analysis for social scientists*. New York: Cambridge University Press.

Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Triviños, A. N. S. (1990). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Vasconcelos, E. M. (2011). Os psicólogos e sua inserção no SUAS: da sensação inicial de perda de identidade ao reconhecimento de uma nova profissionalidade e de suas bases teóricas. In *Cadernos de Assistência Social*,

vol 1: contribuições para a proteção básica e proteção especial. Resende, RJ,
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

5. CONCLUSÕES

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht (1898 - 1956)

As palavras que iniciam essa conclusão ficam a cargo de Bertolt Brecht. Elas refletem um pouco do que sou, do que desejo e do que espero para a Psicologia e, particularmente, para a prática psicológica nos CRASs. Neste percurso, pude compreender que ainda há muitas palavras a dizer, que frases podem ser reescritas e que há palavras, acompanhadas de vírgula e de ponto e vírgula, que devem ser escritas. São acabamentos que devem ser feitos em um refazer permanente, costurados como em uma colcha de retalhos, num traçado complexo de histórias e ideias, mas também de afecções, desejos, encontros e desencontros em que transcorrem a construção, as desconstruções, as reconstruções e que acompanham esta trajetória sempre em movimento.

Esse é o momento de alinhavar de modo provisório, usando pontos largos, espaçados para a costura definitiva, ou seja, é o momento da entrega da Tese. Mas, antes dessa entrega, há alguns pontos que considero imperativo abordar. Ainda que alguns deles já tenham sido abordados, em grande parte, nos estudos expostos anteriormente, há a necessidade de um arremate final, de um esforço no sentido de (re)legitimar, (re)afirmar e (re)significar alguns deles.

Pensar a Psicologia na Assistência Social, particularmente a sua inserção, as características de suas (seus) trabalhadoras (es) e a constituição de suas práticas e posicionamentos desenvolvidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs), na cidade de Porto Alegre, é uma tarefa complexa. Por um lado, enfrenta-se o desafio de pensar e refletir sobre o exercício profissional. À medida em que isso é feito, corre-se o risco de parcialidade, do enviesamento do olhar, da incapacidade de se perceber o todo. Provoca-se o que está encoberto a se manifestar e, ao mesmo tempo, provocações são

suscitadas na própria prática profissional, conduzindo a pensar um além do que está posto.

Por outro lado, em virtude do universo de variáveis entrecruzadas, o tema configurou-se de difícil delimitação e apreensão na sua plenitude. Não se pode deixar de considerar que o processo de coleta das informações e a tessitura propriamente da Tese foram desenvolvidos em um determinado contexto – histórico, político, econômico, social, cultural, ético e educativo – transversal às relações e às particularidades atuais.

Há, ainda, um terceiro ponto que quero destacar. Diz respeito ao fato de que o tema da “Psicologia nas Políticas Sociais Públicas, particularmente a Assistência Social, mais especificamente o processo de construção do trabalho dos (as) psicólogos (as) nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs)” abarca uma diversidade de informações e, ao mesmo tempo, uma amplitude delas. Desta maneira, pode ocorrer uma certa dispersão, perdendo-se o fio condutor. A Teoria Fundamentada (TF) também se orienta, essencialmente, pela valorização dos dados empíricos, ou seja, entende-se que todos os elementos que se apresentam no caminho da (o) pesquisadora (or), ao estudar um determinado tópico, são dados de pesquisa. Assim, estas questões acarretaram uma permanente tensão entre a compreensão, o aprofundamento e a superficialidade dos dados.

Essa Tese inicia-se com o questionamento no sentido de se a Psicologia está preparada e formando para a atuação profissional na Proteção Social Básica (PSB), especificamente nos CRASs. Tal questionamento não pode ser dissociado do fato de que estamos lidando com um campo novo, e a ampliação dos serviços, programas, projetos e benefícios, de caráter permanente ou eventual, vinculados ao SUAS, bem como sua rápida expansão por todo o território nacional redimensionam consideravelmente a entrada da Psicologia nessa área.

O ingresso da Psicologia na área da Assistência Social está imerso em um sistema moldado em uma estrutura social vinculada ao ideário neoliberal, pautada por um individualismo crescente e por uma política que possui uma herança marcada por um viés meritocrático, paternalista e de cunho

conservador. Este cenário dificulta a ressignificação profissional da Psicologia nessa nova área de modo implicado com seus contextos de inserção e justificada por posicionamentos ético-políticos atinentes à construção e ao processo de reconhecimento e consolidação da Assistência Social como direito social. Além disso, agrega-se o fato de que seu cotidiano de trabalho expressa-se como um terreno de embates e de contradições, uma vez que as políticas sociais têm sido utilizadas como uma estratégia do Estado para minimizar os problemas oriundos da “questão social”, assim como as políticas sociais, arquitetadas no interior da burguesia, acabam tendo a função de preservar e controlar a força de trabalho necessária à manutenção e reprodução do capital.

Ademais, compreender as práticas psicológicas nos CRASs implicou também problematizar sobre mim mesma, e tornou pertinente pensar uma profissão que ainda não tem formado para a Política de Assistência Social, em que não está constituído um projeto ético-político que implique o desenvolvimento para o exercício profissional na Assistência Social no campo interdisciplinar, quiçá transdisciplinar.

Explicita-se uma necessidade, ainda, de repensar, constituir e reafirmar a ampliação, a qualificação e o aprofundamento teórico como forma de construção de outros e diferentes entendimentos e possibilidades da Psicologia na Assistência Social. Verifiquei que há toda uma variedade de pressupostos teóricos que alicerçam a prática das (os) psicólogas (os) nos CRASs, mas sinaliza-se uma escassez de literatura e pensamento sobre os mesmos, o que poderá estar expresso em um dos desafios das (os) profissionais perante as novas realidades com que se defrontam na sua prática. Ainda assim foi possível encontrar alguns materiais que reforçam a reflexão sobre o aporte teórico e as implicações na sua prática. Desta maneira, sugiro visitar os pressupostos da Psicologia Social, em particular da Psicologia Social Crítica, como referenciais que se aproximam mais em torno da proposta da PSB e podem contribuir e orientar a atuação nos CRASs. Ademais, julgo importante reforçar que, ao longo da formação, não basta que o currículo seja composto por disciplinas voltadas à Psicologia Social Crítica, mas o mesmo deve contemplar, também, disciplinas de outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, Sociologia, Filosofia,

Políticas Públicas, Serviço Social etc., transversalizando atividades interdisciplinares, transdisciplinares e reflexivas sobre a atuação. Nesse caso, é fundamental, também, se pensar em ações intersetoriais desde a formação, para que elas possam ser mais efetivadas nas práticas profissionais, atingindo, de fato, o objetivo de que haja uma troca de experiências e informações no desenvolvimento de ações e a construção de uma rede de interação e cooperação social entre os diferentes atores sociais envolvidos, em conformidade com a proposta de organização e de complementaridade entre os serviços, colaborando no planejamento, na execução e na avaliação dos resultados alcançados.

Também chamou a atenção a existência de uma forte disposição para a normatização e tecnicização das práticas psicológicas nos CRASs. As (Os) profissionais tendem a reduzir suas intervenções às normatizações, que acabam assumindo o caráter de uma “bula de remédio” ou de uma “receita de bolo” para a resolução dos problemas. Pude perceber que a rigidez em seguir os procedimentos, muitas vezes, oferece uma “falsa” sensação de segurança e, conseqüentemente, um esvaziamento do conteúdo ético-político das práticas, num contexto cada vez mais complexo e mutante, podendo limitar o potencial criativo e inovador do campo social como dispositivo teórico, metodológico e instrumental de compreensão e interpretação da realidade (Restrepo, 2003).

Diante desse contexto, infiro que a insegurança no trabalho, as precárias formas de contratação, a “intensificação do trabalho, o aviltamento dos salários, a pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, a ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, a falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, a ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros” (Raichelis, 2011, p. 422), fragilizam as (os) profissionais e os processos analítico-reflexivos em torno das suas práticas, empurrando-as, justamente, para a normatização. Acaba-se indo ao encontro da lógica neoliberal que está presente na própria Política de Assistência Social, quando focaliza suas ações nos resultados, na quantificação dos atendimentos às famílias e na burocratização dos serviços, dentre outros aspectos que

também parecem carecer ainda de uma perspectiva crítico-reflexiva no que diz respeito ao desenvolvimento das possibilidades do fazer-saber da Psicologia.

Um dos aspectos que teve destaque nas falas das (os) participantes foi a discussão sobre a delimitação quanto a quais são as especificidades das atividades ou sobre a necessidade de se vir a ter a especificidade da Psicologia nos CRASs. No entanto, penso que, anterior a esse debate, devemos trazer questões que são pertinentes à atual sociedade em que vivemos. Somos tomadas (os) pelo sistema neoliberal e pautados por um individualismo crescente, novos fenômenos surgem e alguns deles oportunizam exatamente a fragilização e o enfraquecimento das estruturas de proteção social, uma vez que a esfera do mercado não é garantia de estabilidade. Desta forma, a Psicologia deve avaliar e reavaliar sua contribuição para a Assistência Social, para a atuação nos CRASs. Os próprios materiais advindos do Estado não apontam a especificidade de cada profissão. Dessa forma, abre-se uma brecha que nos convoca, justamente, a estar sempre atentos às oportunidades em um campo que requer a construção e a desconstrução, o inventar e o reinventar das ações, pleno de transformações diárias, que implica uma organização e mobilização em um movimento dinâmico e dialético com o intuito de se criar novos arranjos e avaliar uma intervenção muitas vezes difícil, mas necessária no trabalho com políticas públicas.

Assim, sugere-se, como uma das estratégias de enfrentamento e de resistência, intervenções que vão além de um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, como preconiza a própria política, mas a perspectiva de ação transdisciplinar. Ou seja, os fazeres-saberes nesse tipo de intervenção estariam orientados de forma horizontal com os poderes e capacidades de serem criados novos campos de conhecimento, provocando, assim, mudanças e também o crescimento que se almeja junto à intervenção profissional com as famílias nos CRASs, na perspectiva de garantia de direitos.

Ainda, nesse aspecto, infiro que a participação em atividades dos Sistemas Conselhos e do Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul (SPRGS), entre outras instâncias deliberativas, como o Controle Social – ou seja, a participação em atividades que envolvam a participação coletiva –, pode

contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como profissão: tais espaços podem se constituir como uma possibilidade de operar, cada vez mais, na construção das Políticas Sociais Públicas e da Psicologia. No entanto, não vislumbrei, nas falas das (os) participantes da pesquisa, tal envolvimento político em prol da categoria, assim como a maioria das (os) psicólogas (os) parece demonstrar um distanciamento em relação às instâncias de controle social. E isto contribui ainda mais para a precariedade, visto a carência de uma cultura política, o que auxilia no sentido de que a cultura institucional seja identificada como aquilo que calibra as atividades, fazendo com que os profissionais se conformem ao que está instituído. Tal situação nos remete à dicotomia entre Psicologia e Política, ao esvaziamento político, à frágil consciência da dimensão política no cotidiano de trabalho, contribuindo para o quadro de precarização do trabalho e das relações de trabalho.

Para a construção e a consolidação da proteção social e da afirmação dos direitos sociais de cidadania, é imprescindível o conhecimento, a compreensão e o entendimento dos marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, assim como a LOAS, a PNAS, o SUAS, dentre outras normativas que refletem esforços das instâncias comprometidas com a desprecarização do trabalho e com a profissionalização da Assistência Social no País. O que foi possível perceber é que as (os) trabalhadoras (es) não têm um profundo conhecimento e apropriação de tais legislações que regem a política de Assistência Social. Assim, sugiro uma maior reflexão sobre as dimensões ético-políticas da profissão, considerando tais pontos como fundamentais, também, para a construção e consolidação do fazer-saber nos CRASs.

A gestão pública como campo de atuação para a Psicologia abre novas possibilidades à prática profissional. Em uma das reuniões para a apresentação da proposta da pesquisa, que contempla esta Tese, perguntei no início da reunião, sobre a profissão que se designavam as (os) profissionais que ali estavam, para a minha surpresa e satisfação, muitos das (os) colegas se diziam profissionais de Psicologia e coordenadoras (es) de CRASs. Nessa perspectiva ressalto a função de coordenação ocupada por algumas (ns) profissionais da Psicologia nos CRASs e, a mesma sendo é chave para o direcionamento da

gestão da unidade, assim como para a materialização da Assistência Social enquanto política social pública na perspectiva da garantia dos direitos.

Apesar de já existirem muitos trabalhos sobre o fazer-saber da Psicologia, tornam-se necessários novos e incessantes estudos e um reposicionamento e reequacionamento em relação à inserção das práticas profissionais da Psicologia na Assistência Social; à rede de serviços intra e intersetoriais; equipes multiprofissionais interdisciplinares e transdisciplinares; à apropriação dos princípios e diretrizes das legislações; e à presença da Psicologia nas instâncias de Controle Social, bem como o investimento em estudos e ações relacionados à gestão do SUAS e à saúde da (o) trabalhadora (or). Expressões vinculadas as (aos) trabalhadoras (es) envolvidos diretamente nos processos de precarização e intensificação a que estão submetidos no ambiente de trabalho. Trata-se de um tema que precisa ser mais conhecido e debatido, exigindo um amplo programa de pesquisa para dar conta da amplitude da temática e das diferentes dimensões envolvidas. Uma constante atualização da formação em Psicologia e na própria Política de Assistência Social precisa contemplar este aspecto, além de considerar a formação num caráter permanente, com o intuito de afirmar a garantia de acesso aos direitos e uma prática em prol de uma Psicologia mais justa, igualitária e transformadora.

Reitero que o trabalho social nos CRASs, particularmente da Psicologia - foco dessa Tese - acontece na relação com as famílias, com usuárias (os) e as (os) trabalhadoras (es) sociais e, compreendo, que é de extrema importância a (o) profissional perceber criticamente a potência destas relações, que vão além de uma ação ou uma “ferramenta” de que ele lança mão em momentos específicos de sua prática cotidiana.

Esta caminhada realizada no Doutorado com certeza não se resume aos três anos e nove meses que foram destinados às pesquisas de investigação aqui apresentadas. Ela, tampouco, irá finalizar neste momento. Trago aqui uma relação que deixou marcas que, ao serem tramadas, reverberaram e reverberam, constante e cotidianamente, em todas as esferas da vida. Avalio que os resultados obtidos no caminho do Doutorado não se expressam somente nos artigos que apresento nesta Tese de Doutorado, intitulados: “A Psicologia

nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): um panorama das publicações científicas brasileiras de 2004 a 2014”¹¹; “Trabalhadoras (es) do SUAS: quem são as (os) psicólogas (os) da Proteção Social Básica (PSB)”¹² e “Atuação profissional do (a) psicólogo (a) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): o trabalho cotidiano nos CRASs de Porto Alegre, RS”¹³. Considero que esta pesquisa não teve um intuito de generalização, mas de propor a reflexão e a compreensão das práticas psicológicas nos CRASs em Porto Alegre, RS. Portanto, essa Tese de Doutorado pode ser vista como o registro de uma ação política em prol do desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento, além da inserção e da atuação de uma Psicologia comprometida com a realidade social do país. Nesse sentido, demonstra-se o exercício de cidadania e o compromisso ético-político não apenas da Psicologia, mas também da academia ao produzir conhecimentos ao mesmo tempo em que deixa espaço para que novos trabalhos, novas colchas de retalhos possam ser tecidas em torno da temática Psicologia e Políticas Sociais, pois as práticas psicológicas nos CRASs nos lançam interrogações, nos pedem reflexões críticas e nos convocam ao enfrentamento com o que está instituído, ao compromisso com a descoberta, implorando-nos a invenção e a criação das práticas.

Salienta-se que a conclusão desta Tese deixa em aberto muitos elementos para dar continuidade a inúmeras colchas de retalhos vinculadas ao processo de investigação sobre o trabalho e as (os) trabalhadoras (os) da Assistência Social. O anseio, neste caso, é no sentido de que este estudo se constitua numa produção que possa contribuir para a invenção de outras e diversas formas de inserção e atuação e de provocações sobre a Psicologia no campo da Assistência Social, particularmente nos CRASs. Como referem as (os) participantes:

¹¹ Artigo submetido e aceito para publicação: Revista LIBERABIT: Revista de Psicologia.

¹² O artigo está nas normas do periódico Textos & Contextos, ao qual será submetido para apreciação.

¹³ O artigo está nas normas do periódico Psicologia & Sociedade, ao qual será submetido para apreciação.

A tua pesquisa é justamente para isso, para tentar ajudar a mostrar os pontos que estão falhos [] (Participante nº 26)

Eu acho que é preciso a gente ter um pouco assim daquele espírito anarquista! E é isso que tu estás fazendo! Por isso a importância da pesquisa, não é a gente se contentar com o que existe de lei de normativa de regulação, é tu ir buscar a origem, compreender o contexto, problematizar e apontar as brechas que existem, né? [] (Participante nº 06)

Além disso, essa Tese busca configurar-se como mais uma entre tantas possibilidades de denúncia e de resistência contra as mazelas que atingem as (os) trabalhadoras (es), advindas das transformações do mundo do trabalho capitalista e a busca incessante da materialização da Assistência Social enquanto política social pública na perspectiva da garantia dos direitos.

Referências

Raichelis, R. (2011). O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social.

Restrepo, O. (2003). *Reconfigurando el Trabajo Social-perspectivas y tendencias contemporâneas*. Buenos Aires: Espacio Editorial.